



Associação Grupo de Apoio ao
desenvolvimento integral da criança
CNPJ 60.688.411/0001-43

PROPOSTA PEDAGÓGICA

CRECHE VOVÓ ZIZI

**ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA**

**Morro Agudo
2026**





SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	1
2	CONTEXTUALIZAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA	3
3	OBJETIVOS E METAS	5
3.1	Objetivos	5
3.2	Metas	6
4	CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE PRÁTICAS ESCOLARES....	9
5	CURRÍCULO	11
5.1	Concepção do currículo na educação infantil	11
5.1.1	O currículo como construção pedagógica.....	11
5.1.2	Currículo e direitos de aprendizagem	11
5.1.3	Campos de experiencia e organização curricular	12
5.1.4	O currículo investigativo	12
5.1.5	A integração entre currículo e ambiente educativo.....	13
5.2	A centralidade das experiencias na educação infantil	13
5.3	O currículo como processo aberto	13
6	PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EQUIPE ESCOLAR	16
6.1	Proposta	16
6.2	Formação inicial	17
6.3	Formação permanente	17
7	PROPOSTA DE TRABALHO COM A COMUNIDADE ESCOLAR ..	20
7.1	Formas de acompanhamento, avaliação e adequação da proposta pedagógica.....	20
7.2	Indicadores de qualidade da escola da Infância	21
7.2.1	Qualidade das relações educativas	21
7.2.2	Organização do currículo e das experiencias educativas.....	22



7.2.3	Ambientes educativos e arquitetura pedagógica	22
7.2.4	Documentação pedagógica	22
7.2.5	Formação e trabalho colaborativo dos educadores	22
7.2.6	Participação das famílias e da comunidade.....	22
7.2.7	Acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica	23
8	REGIMENTO ESCOLAR, FUNDAMENTADO NA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	25
8.1	Identidade e finalidade da educação infantil	26
8.1.1	A creche e a pré-escola no contexto da educação infantil	26
8.1.2	A educação como direito da criança	26
8.1.3	A escola da infância como espaço de cultura e cidadania	27
8.1.4	A criança como sujeito de direitos	27
8.1.5	A escola como comunidade educativa.....	28
8.1.6	Uma escola para todos	28
8.2	Valores e princípios do projeto educativo	29
8.2.1	O projeto educativo como construção coletiva	29
8.2.2	A escola como bem publico	29
8.2.3	O direito da criança a educação	29
8.2.4	A pratica democrática na escola da infância.....	30
8.2.5	A cultura da infância.....	30
8.2.6	A comunidade educativa e a corresponsabilidade.....	30
8.3	Pedagogia da escuta.....	31
8.3.1	A escuta como princípio pedagógico	31
8.3.2	A criança como protagonista.....	31
8.3.3	As múltiplas linguagens das crianças	32
8.3.4	A observação como instrumento pedagógico	32
8.3.5	Escuta e construção do currículo	32
8.3.6	Escuta, investigação e pratica democrática.....	33



8.3.7	A escuta como fundamento da cultura da infância	33
8.4	O currículo emergente na educação infantil	34
8.4.1	O currículo como construção em processo.....	34
8.4.2	O conceito de currículo emergente	34
8.4.3	A escuta como fundamento do currículo emergente	35
8.4.4	O papel da educadora na construção do currículo	35
8.4.5	A organização de contextos investigativos	35
8.4.6	O currículo aberto e a imprevisibilidade	36
8.4.7	O currículo como experiencia compartilhada.....	36
8.5	Pesquisa e contextos investigativos	37
8.5.1	A pesquisa como modo de aprender e ensinar	37
8.5.2	A criança como sujeito pesquisador	37
8.5.3	A pesquisa como pratica compartilhada	38
8.5.4	A construção de contextos investigativos	38
8.5.5	A intencionalidade pedagógica na pesquisa	38
8.5.6	A pesquisa, o ambiente e as linguagens	39
8.5.7	Pesquisa, documentação e reflexão	39
8.6	Documentação pedagógica: visibilidade, reflexão e construção de sentidos	40
8.6.1	O conceito da documentação pedagógica.....	40
8.6.2	Documentar como ato pedagógico e ético.....	40
8.6.3	Documentação como processo de reflexão	41
8.6.4	Documentação e pedagogia da escuta.....	41
8.6.5	Documentação como narrativa dos processos de aprendizagem	41
8.6.6	Instrumentos da documentação pedagógica	42
8.6.7	Documentação, avaliação e construção do conhecimento.....	42
8.6.8	Documentação, comunicação e participação	43
8.6.9	A dimensão estética da documentação	43



8.7	Ambientes educativos: espaços que educam.....	44
8.7.1	O ambiente como terceiro educador	44
8.7.2	Arquitetura e pedagogia: uma relação indissociável	44
8.7.3	Princípios para a organização dos ambientes	44
8.7.4	A organização dos espaços internos	45
8.7.5	O ateliê como espaço de pesquisa e compreensão	46
8.7.6	O parque como território de investigação	46
8.7.7	A relação com a natureza	47
8.7.8	A estética dos ambientes educativos.....	47
8.7.9	O ambiente como espaço de participação.....	47
8.8	Gestão democrática e participação.....	48
8.8.1	A escola como espaço publico.....	48
8.8.2	Participação e corresponsabilidade	48
8.8.3	Instancias de participação.....	48
8.8.3.1	Conselho da escola da infância	48
8.8.3.2	Encontros de grupo e assembleia.....	49
8.8.3.3	Equipe de trabalho e corresponsabilidade pedagógica	49
8.8.3.4	Coordenação pedagógica	49
8.8.3.5	Equipe ampliada e rede de colaboração.....	50
8.8.4	A participação das crianças	50
8.8.5	A participação das famílias	50
8.8.6	Gestão democrática como pratica cotidiana	51
8.9	Procedimentos, critérios e organização institucional	51
8.9.1	Critérios de admissão e permanência.....	51
8.9.2	Organização do atendimento e do tempo educativo.....	52
8.9.3	Calendário escolar	52
8.9.4	Contribuições das famílias e gestão de recursos	52
8.9.5	Organização dos serviços e articulação da rede	53



8.9.6	Procedimentos de acompanhamento e revisão do projeto educativo	53
8.9.7	Avaliação institucional	53
8.10	Considerações finais	54
9	RELATÓRIO ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO	57
9.1	Qualificação dos diretores/coordenadores responsáveis	57
9.2	Descrição sumária dos espaços, mobiliários e ambientes para atividades pedagógicas e administrativa, de acordo com a legislação	58
9.3	Descrição sumaria dos materiais e dos equipamentos didáticos disponíveis para uso dos alunos e professores	65
9.3.1	Sala dos Professores	65
9.3.2	Alunos (alguns exemplos de matérias disponíveis).....	66
9.4	Comprovação de ocupação legal do imóvel onde funcionara o estabelecimento de ensino, escritura comprova a propriedade do imóvel: escritura ANEXO 1.....	71
9.5	Alvará de licença de funcionamento emitido pela prefeitura municipal aprovação corpo de bombeiros (será enviado assim que terminar a obra) (em andamento ANEXO 2).....	71
9.6	Planta atualizada do prédio aprovado pela prefeitura, registrada no CREA, no CAU (ANEXO 3).....	71
9.7	Laudo firmado por profissional registrado no CREA ou CAU-ARTOU RRT (ANEXO 4)	71
9.8	Prova de natureza jurídica da entidade mantenedora (CNPJ) acompanhada de cópia de cadastro de pessoa Física (CPF) dos responsáveis (ANEXO 5)	71
9.9	Termo de responsabilidade devidamente registrado em cartório de títulos e documentos firmado pela entidade mantenedora referente as condições de segurança, higiene, definição do uso do imóvel, a capacidade financeira para manutenção do estabelecimento (ANEXO 6)	72



Associação Grupo de Apoio ao
desenvolvimento integral da criança
CNPJ 60.688.411/0001-43

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

CRECHE VOVÓ ZIZI

Rua Iracema P. Valadares 299

Jardim Cambuí, Morro Agudo

Email:vovozizicreche@gmail.com

Instagram @vovozizicreche

Coordenadora Pedagógica: Roberta Rocha Borges

Mantida pela Associação Grupo de Apoio ao desenvolvimento integral da criança

CNPJ 60.688.411/0001-43

Diretora Executiva: Beatriz de Camargo

Diretora Pedagógica: Maristela Petrocini Brizante Rosseto

Conselho Fiscal: Pedro de Camargo Neto; Marcos Rosseto; Silvana Aparecida da Silveira



CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A financiadora da proposta será a ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA que consiste de uma associação fundada em março de 2025, com atuação nas áreas dos cuidados, educação e desenvolvimento cognitivo e motor da criança. Com o principal objetivo fundar a CRECHE VOVÓ ZIZI, localizada no Município de Morro Agudo na Rua Iracema Percussi Valadares 299, Jardim Cambuí a qual será mantida por Empresas Privadas e Terceiro Setor. Reconhecemos a responsabilidade social inerente à gestão de uma creche infantil, que vai além do cuidado com o pleno desenvolvimento das crianças. Essa responsabilidade inclui uma gestão consciente e séria do bem público, sempre orientada pelo compromisso com a qualidade e a equidade na educação. O projeto, desde a construção visa um espaço inovador de atendimento com o objetivo de oferecer um ambiente acolhedor e estimulante, pautado na identidade da escola da infância, que reconhece e valoriza as particularidades do desenvolvimento infantil. Este projeto busca garantir que as crianças, especialmente aquelas de famílias em situação de vulnerabilidade social, tenham acesso a uma educação infantil de excelência, que não apenas promova o aprendizado acadêmico, mas também fortaleça sua autoestima e habilidades socioemocionais.

A *Creche Vovó Zizi* atenderá 40 (quarenta) crianças de 4 meses a 3 anos e 11 meses com seleção obedecendo os critérios de vulnerabilidade.

O modelo foi cuidadosamente adaptado ao contexto brasileiro, considerando cultura local, dimensões e ergonomia das crianças e condições ambientais do país. Em Morro Agudo, cidade de clima quente, a arquitetura foi planejada para garantir conforto térmico às crianças de 0 a 3 anos por meio de ventilação natural e soluções sustentáveis, dispensando o uso de ar-condicionado em praticamente todos os ambientes. Isso assegura bem-estar, economia de energia e menor impacto ambiental.



OBJETIVOS E METAS

3 OBJETIVOS E METAS

3.1 OBJETIVOS

- Promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, assegurando o pleno desenvolvimento psicomotor, socioafetivo e interacional, com foco na construção de sua consciência corporal e nos cuidados com a saúde.
- Garantir um ambiente educacional inclusivo e igualitário, assegurando condições de acesso e permanência na escola para todas as crianças, em consonância com os princípios da abordagem pedagógica de Reggio Emília e as diretrizes da BNCC, valorizando a Pedagogia da Escuta.
- Proporcionar atividades lúdicas que favoreçam a apropriação de diferentes linguagens, com foco no desenvolvimento socioafetivo, interacional e no respeito à diversidade, à liberdade e à dignidade do outro.
- Oferecer práticas pedagógicas que promovam a consciência corporal, o cuidado com a saúde e o bem-estar das crianças, estimulando a autonomia nas práticas cotidianas.
- Fomentar experiências educativas e lúdicas que estimulem a expressão oral, o raciocínio lógico, a criatividade, a sensibilidade sensorial e a expressão artística das crianças.
- Estimular a participação ativa das famílias por meio de encontros e atividades que visem identificar as necessidades das crianças e fortalecer o vínculo entre escola e família, promovendo um processo educativo colaborativo e integrado.



3.2 METAS

1 **Garantir o direito à educação de qualidade na primeira infância**

Promover experiências educativas que assegurem o desenvolvimento integral dos bebês e das crianças, reconhecendo a Educação Infantil como direito fundamental e como primeira etapa da educação básica.

2 **Valorizar a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento**

Organizar contextos educativos que reconheçam as crianças como protagonistas, valorizando suas curiosidades, perguntas, hipóteses e múltiplas formas de expressão.

3 **Desenvolver um currículo investigativo**

Estruturar o currículo da Educação Infantil a partir dos campos de experiência da BNCC, promovendo experiências investigativas que articulem brincadeiras, interações e exploração do mundo.

4 **Promover a pedagogia da escuta**

Construir práticas pedagógicas baseadas na observação sensível e na escuta das crianças, reconhecendo suas vozes, ideias e narrativas como parte fundamental do processo educativo.

5 **Fortalecer a cultura da infância**

Criar ambientes educativos que valorizem as formas próprias pelas quais as crianças interpretam o mundo, produzem cultura e constroem conhecimentos.

6 **Organizar ambientes que favoreçam a investigação e a criação**

Estruturar os espaços da escola - salas, ateliê, parque e ambientes externos - como territórios de exploração, experimentação e aprendizagem.

7 **Desenvolver práticas de documentação pedagógica**

Registrar, interpretar e compartilhar os processos de aprendizagem das crianças, utilizando a documentação pedagógica como instrumento de reflexão sobre a prática educativa.



8 Promover a formação permanente dos educadores

Fortalecer o trabalho coletivo entre educadores, estimulando a pesquisa pedagógica, o estudo permanente e a reflexão sobre as práticas educativas.

9 Estabelecer relações de parceria com as famílias

Promover o diálogo constante com as famílias, reconhecendo-as como participantes fundamentais na construção do projeto educativo.

10 Construir uma comunidade educativa democrática

Garantir espaços de participação e corresponsabilidade entre educadores, famílias e comunidade, fortalecendo a escola como espaço público de construção da cultura da infância.



CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE PRÁTICAS ESCOLARES

4 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE PRÁTICAS ESCOLARES

O projeto educativo terá como fundamento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com atenção as abordagens Pikler e Reggio Emília contando com a parceria o Programa de Estudos em Políticas Públicas para Educação Infantil - PEPPEI do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP da UNICAMP. Consta de um projeto inovador com simbiose da arquitetura com a educação desde o princípio. Foi construído uma creche de pequeno porte (até 40 crianças) de acordo com as condições exigidas pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social. ([Portaria 411/2012](#)) e [Portaria GM/MS no. 321 /1988](#) a qual aprova as normas e os padrões mínimos destinados a disciplinar a construção, instalação e o funcionamento de creches em todo o território nacional.

O projeto foi elaborado de acordo com DECRETO Nº 12.083, DE 27 DE JUNHO DE 2024 o qual estabelece as diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. O projeto obedecerá ao PNE garantindo a qualidade de oferta da educação infantil considerando as dimensões da infraestrutura física, profissionais de educação, condições de gestão, recursos pedagógicos, acessibilidade, interações e práticas pedagógicas.

CURRÍCULO

5 CURRÍCULO

5.1 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

5.1.1 O currículo como construção pedagógica

O currículo da Educação Infantil constitui o conjunto de experiências educativas organizadas intencionalmente pela escola para promover o desenvolvimento integral das crianças. Ele expressa as concepções de infância, de aprendizagem e de educação que orientam a prática pedagógica da instituição. Compreender o currículo na Educação Infantil exige reconhecer que ele não se reduz a um conjunto de conteúdo ou atividades previamente definidas. Ao contrário, o currículo se constrói no cotidiano da vida escolar, nas interações entre crianças e adultos, nas experiências que emergem das investigações das crianças e nas relações que se estabelecem entre a escola e a comunidade. Nessa perspectiva, o currículo deve ser compreendido como um **processo dinâmico e relacional**, que se desenvolve a partir da escuta das crianças, da observação pedagógica e da reflexão coletiva dos educadores sobre os processos de aprendizagem. O currículo torna-se, assim, um instrumento que orienta as práticas educativas e possibilita a construção de contextos de aprendizagem significativos, nos quais as crianças possam investigar, explorar, experimentar e interpretar o mundo.

5.1.2 Currículo e direitos de aprendizagem

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que o currículo da Educação Infantil deve garantir às crianças um conjunto de direitos de aprendizagem que orientam a organização das experiências pedagógicas. Esses direitos expressam as condições necessárias para que bebês e crianças possam participar ativamente da vida escolar e construir conhecimentos por meio das interações e das brincadeiras. São eles:

- **Conviver**, estabelecendo relações com outras crianças e adultos;
- **Brincar**, explorando diferentes formas de expressão e imaginação;
- **Participar**, tomando parte nas decisões e nas experiências coletivas;
- **Explorar**, investigando o mundo físico, natural e social;



- **Expressar**, comunicando pensamentos, emoções e ideias;
- **Conhecer-se**, construindo sua identidade pessoal e social.

Esses direitos orientam a organização do currículo e constituem referências fundamentais para a construção das experiências educativas na escola.

5.1.3 Campos de experiência e organização curricular

A BNCC organiza o currículo da Educação Infantil a partir de cinco **campos de experiência**, que representam dimensões fundamentais das vivências das crianças no contexto educativo. Os campos de experiência não são disciplinas ou áreas de conhecimento isoladas, mas contextos de aprendizagem que articulam diferentes saberes e linguagens. São eles:

- **O eu, o outro e o nós**, relacionado às experiências de convivência, identidade e participação social;
- **Corpo, gestos e movimentos**, que envolve a exploração do corpo e das possibilidades de expressão corporal;
- **Traços, sons, cores e formas**, relacionado às linguagens artísticas e estéticas;
- **Escuta, fala, pensamento e imaginação**, que envolve a linguagem oral, a narrativa e a imaginação;
- **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações**, relacionado à investigação do mundo físico, natural e social.

A organização curricular baseada nos campos de experiência permite que as crianças vivenciem experiências integradas, nas quais diferentes formas de conhecimento se articulam.

5.1.4 O currículo investigativo

Na perspectiva deste projeto educativo, o currículo da Educação Infantil assume um caráter investigativo. Isso significa reconhecer que as crianças aprendem por meio da curiosidade, da experimentação e da investigação do mundo. As perguntas, hipóteses e interesses das crianças tornam-se elementos fundamentais para orientar o planejamento pedagógico. Quando os educadores observam atentamente as experiências das crianças, podem identificar temas e problemas que despertam sua curiosidade e que podem se transformar em **projeções de investigação**. Essas projeções permitem aprofundar as experiências das crianças



e ampliar suas possibilidades de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento do pensamento investigativo.

5.1.5 A integração entre currículo e ambiente educativo

O currículo da Educação Infantil não se desenvolve apenas por meio das propostas pedagógicas planejadas pelos educadores. Ele também se constrói na relação entre as crianças e os ambientes que compõem o espaço educativo. Os ambientes da escola devem ser organizados de forma a favorecer a investigação, a autonomia e a participação das crianças. Materiais diversificados, espaços flexíveis e contextos que convidam à exploração contribuem para ampliar as possibilidades de aprendizagem. Inspirados nas experiências pedagógicas de Reggio Emília, compreendemos o ambiente educativo como um **terceiro educador**, capaz de favorecer a curiosidade, estimular a investigação e promover relações significativas entre as crianças.

5.2 A CENTRALIDADE DAS EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, o currículo se concretiza por meio das experiências vividas pelas crianças. As experiências educativas devem permitir que bebês e crianças explorem o mundo por meio do brincar, da investigação, da imaginação e da interação com outras pessoas. Essas experiências são organizadas de forma a favorecer o desenvolvimento de diferentes linguagens e formas de expressão. Ao participar dessas experiências, as crianças constroem conhecimentos sobre si mesmas, sobre os outros e sobre o mundo, ampliando suas formas de pensar, sentir e agir.

5.3 O CURRÍCULO COMO PROCESSO ABERTO

Por fim, é importante destacar que o currículo da Educação Infantil não é um documento fechado ou definitivo. Ele se constrói continuamente a partir das experiências vividas na escola e das reflexões realizadas pela comunidade educativa. A prática pedagógica, a observação das crianças, a documentação pedagógica e o diálogo com as famílias contribuem para a permanente revisão e atualização do currículo. Assim, o currículo torna-se um instrumento vivo, que orienta a ação



pedagógica e favorece a construção de contextos educativos capazes de promover o desenvolvimento integral das crianças.

***PROPOSTA DE FORMAÇÃO
PERMANENTE, ATUALIZAÇÃO E
APERFEIÇOAMENTO DA EQUIPE
ESCOLAR***

6 PROPOSTA DE FORMAÇÃO PERMANENTE, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EQUIPE ESCOLAR

6.1 PROPOSTA

A proposta será realizada através da parceria com o Programa de Estudos em Política Públicas para Educação Infantil - PEPPEI do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP da UNICAMP. Será realizado encontros em grupos de estudos para diálogo, trocas de experiências e aprofundamento científico com professores, coordenadores e gestores da *Creche Vovó Zizi*. Realizaremos experiências práticas e acompanharemos outras realidades que estudam abordagens reconhecidas internacionalmente; aprofundando temáticas do cotidiano do desenvolvimento da criança, realizando documentação pedagógica tornando visível o trabalho pedagógico inovador, com foco no desenvolvimento infantil na *Creche Vovó Zizi*. A proposta obedecerá ao princípio norteador da BNCC o qual é a educação integral, visando o desenvolvimento pleno das crianças por meio de práticas educativas planejadas de forma integrada nos cinco campos de experiência. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na primeira etapa da educação básica, devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos garantem que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver de forma integral. Além disso, a BNCC organiza as práticas pedagógicas em torno de cinco campos de experiência, que são interativos e integrados, promovendo uma abordagem holística do desenvolvimento infantil.

Iniciamos essa formação desde o início na escolha das profissionais. Em outubro de 2025, foi divulgado um cartaz convidando pessoas interessadas a enviarem seus currículos. Recebemos 60 currículos de candidatas com formação em Educação, interessadas em receber mais informações sobre a proposta. Iniciamos, então, a divulgação do projeto pedagógico, ressaltando que o cuidar é indissociável do educar. Destacamos, ao longo desse processo, a parceria com o NEPP, coordenado pela Prof.^a Roberta Rocha Borges. Esclarecemos que não haveria a função de pajens, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), e que o profissional da educação seria valorizado



como elemento essencial para o desenvolvimento integral da criança. Também iniciamos a introdução das abordagens Reggio Emília e Emmi Pikler por meio de grupos de WhatsApp e de publicações no Instagram da *Creche Vovó Zizi* (@vovozizicreche).

6.2 FORMAÇÃO INICIAL

Em dezembro, realizamos uma *live* sobre o Projeto Educacional da Creche Vovó Zizi, com a participação da Prof.^a Roberta R. Borges. O encontro foi um sucesso, constituindo-se em um momento de reflexão e escuta sobre os princípios, valores da identidade pedagógica e a organização do cotidiano educativo. No final de fevereiro, organizamos um Curso Formativo presencial em Morro Agudo. A Prof.^a Roberta e o Prof. Murilo, atelierista, administraram o curso, que contou com a presença de 23 candidatas inscritas. Todo processo foi realizado com abertura, confiança e seriedade num gesto político e ético demonstrando de forma coletiva um compromisso verdadeiro com a proposta. Houve entrevista individual de 12 candidatas selecionadas durante o curso e 5 serão contratadas para a formação do projeto pedagógico.

6.3 FORMAÇÃO PERMANENTE

Será realizado reuniões virtuais com a diretoria, coordenação e professores com discussões, orientações com referência a escuta e suas vivências para promover a tematização da prática educativa, os projetos de ações educacionais, a análise, a interpretação, a documentação pedagógica e a construção de projetos de transformação e mudança. Formaremos um grupo de estudos com a) qualificação teórico prática sobre os conceitos de infância, pesquisa, prática democrática e documentação pedagógica; qualificação teórico prática sobre os pressupostos da Pedagogia da Escuta inspirada na abordagem de Reggio Emília; b) tematização da prática e sistematização de boas experiências educativas relacionadas a pedagogia da escuta e da relação; c) análise da BNCC à luz da Pedagogia da Escuta; d) apoio à construção e análise dos Campos de Experiência e sua vinculação com a cotidianidade; e) identificação e documentação das narrativas dos processos de aprendizagem visando à construção do currículo da Educação Infantil; e f) construção de uma documentação dos processos de Ensino e aprendizado das crianças e



professores; será realizado uma integração entre o NEPP e a *Creche vovó Zizi* através de:

- 1) Encontros semanais de Formação com professores e coordenação pedagógica para acompanhamento e orientação de uma pesquisa a partir de problemas reais através de leituras sobre o temário; análise, reflexão e debate; construção do Projeto Educativo da *Creche Vovó Zizi*- projeto baseada na metodologia do designer participativo; aprofundamento e vivenciar a prática do desenvolvimento de uma pesquisa na escola como caminho para compreender o processo de aprendizado das crianças; organizar contextos reais e significativos de aprendizado a partir das “cem linguagens das crianças”.
- 2) Visitas técnicas na *Creche Vovó Zizi*, para documentar e sugerir orientações no ambiente;
- 3) Reuniões de trabalho com os coordenadores, diretores e professores.

PROPOSTA DE TRABALHO COM A COMUNIDADE ESCOLAR



7 PROPOSTA DE TRABALHO COM A COMUNIDADE ESCOLAR

A escola da infância reconhece a comunidade como parte integrante do processo educativo. Nesse sentido, busca construir relações de diálogo, participação e corresponsabilidade entre educadores, famílias e demais atores sociais do território. O trabalho com a comunidade tem como objetivo fortalecer a escola como um espaço público de convivência, no qual diferentes saberes, experiências e perspectivas sobre a infância possam ser compartilhados. Para isso, a instituição promoverá:

- encontros periódicos com as famílias para diálogo sobre o desenvolvimento das crianças e os projetos educativos da escola;
- espaços de participação nas decisões que envolvem o projeto educativo;
- momentos de socialização das experiências e investigações realizadas pelas crianças;
- atividades culturais, educativas e formativas abertas à comunidade;
- parcerias com instituições e serviços do território que contribuam para a construção de uma cultura da infância.

Essas ações contribuem para fortalecer os vínculos entre escola e comunidade e para construir uma rede de apoio que favoreça o desenvolvimento integral das crianças. Assim, a escola se configura como um espaço de encontro, reflexão e participação coletiva, comprometido com a valorização da infância e com a construção de uma comunidade educativa democrática.

7.1 FORMAS DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A construção de uma proposta pedagógica comprometida com a infância exige a constituição de processos permanentes de acompanhamento, avaliação e reorientação das práticas educativas. Nesse contexto, a avaliação deixa de ser compreendida como instrumento de controle ou verificação de resultados e passa a assumir um caráter formativo, reflexivo e processual, orientado pela escuta, pela observação e pela interpretação dos percursos vividos pelas crianças e pelos educadores. Nessa perspectiva, a escola organiza seus processos avaliativos a partir

de indicadores de qualidade, entendidos não como critérios normativos ou classificatórios, mas como referências ético-pedagógicas que sustentam a reflexão coletiva sobre o cotidiano. Esses indicadores dialogam com os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, propostos pelo Ministério da Educação, que compreendem a avaliação como um processo participativo e contextualizado, voltado ao aprimoramento das práticas e à garantia dos direitos das crianças. O acompanhamento da proposta pedagógica realiza-se, assim, por meio de um conjunto articulado de dispositivos - como a documentação pedagógica, os registros do cotidiano, os encontros formativos e os momentos de análise coletiva - que tornam visíveis os processos de aprendizagem e permitem reorientar as escolhas pedagógicas. Trata-se de um movimento contínuo, no qual avaliar implica interpretar, dialogar e projetar novos caminhos. Desse modo, os indicadores de qualidade não se configuram como instrumentos externos à prática, mas como parte integrante de um processo investigativo que envolve toda a comunidade educativa. Ao mobilizá-los, a escola fortalece sua capacidade de se transformar, assegurando a coerência entre seus princípios, suas intenções pedagógicas e as experiências efetivamente vividas pelas crianças.

7.2 INDICADORES DE QUALIDADE DA ESCOLA DA INFÂNCIA

A qualidade da Educação Infantil está relacionada à capacidade da escola de oferecer experiências educativas significativas que promovam o desenvolvimento integral das crianças. Nesse sentido, a instituição estabelece indicadores que orientam a avaliação e o aprimoramento contínuo de suas práticas pedagógicas. Esses indicadores não têm caráter classificatório, mas constituem referências para a reflexão coletiva da equipe educativa e para o acompanhamento da proposta pedagógica.

7.2.1 Qualidade das relações educativas

A escola promove relações baseadas no respeito, no cuidado e na escuta das crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e participantes ativos na construção das experiências educativas. As interações entre crianças e educadores são marcadas pelo diálogo, pela cooperação e pela valorização das diferentes formas de expressão da infância.



7.2.2 Organização do currículo e das experiências educativas

O currículo da Educação Infantil é organizado a partir dos campos de experiência da BNCC e se concretiza por meio de experiências investigativas, interações e brincadeiras que possibilitam às crianças explorar o mundo, formular hipóteses e construir conhecimentos. As propostas pedagógicas valorizam a curiosidade, a imaginação e a criatividade das crianças.

7.2.3 Ambientes educativos e arquitetura pedagógica

Os espaços da escola são organizados como ambientes que favorecem a investigação, a autonomia e a convivência entre as crianças. Salas, ateliês, parques e ambientes externos são concebidos como territórios de aprendizagem, nos quais as crianças podem explorar diferentes materiais, experimentar linguagens diversas e desenvolver processos investigativos.

7.2.4 Documentação pedagógica

A escola utiliza a documentação pedagógica como instrumento para registrar, interpretar e compartilhar os processos de aprendizagem das crianças. Por meio da documentação, os educadores refletem sobre suas práticas e tornam visíveis as experiências educativas para as famílias e para a comunidade.

7.2.5 Formação e trabalho colaborativo dos educadores

A instituição valoriza a formação permanente dos educadores e promove espaços de estudo, reflexão e planejamento coletivo. O trabalho pedagógico é desenvolvido de forma colaborativa, reconhecendo que a construção da qualidade educativa depende do diálogo e da cooperação entre os profissionais da escola.

7.2.6 Participação das famílias e da comunidade

A escola estabelece relações de parceria com as famílias e promove espaços de diálogo e participação na construção do projeto educativo. A participação da comunidade fortalece a dimensão pública da educação infantil e contribui para a construção de uma cultura educativa compartilhada.

7.2.7 Acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica

A escola realiza processos permanentes de acompanhamento e avaliação de sua proposta pedagógica, utilizando a observação, a documentação pedagógica e a reflexão coletiva como instrumentos para o aprimoramento das práticas educativas. Esse processo permite atualizar o projeto educativo e garantir sua coerência com as necessidades das crianças e com os princípios que orientam a instituição.

***REGIMENTO ESCOLAR,
FUNDAMENTADO NA PROPOSTA
PEDAGÓGICA***

8 REGIMENTO ESCOLAR, FUNDAMENTADO NA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Pensar a educação das crianças pequenas implica refletir sobre os valores, as concepções de infância e os princípios pedagógicos que orientam a vida da escola. Nesse contexto, o projeto educativo constitui um instrumento fundamental para organizar o trabalho pedagógico e dar sentido às práticas educativas desenvolvidas na instituição. Mais do que um documento formal, o projeto educativo representa um processo coletivo de construção da identidade pedagógica da escola. Educadores, crianças, famílias e comunidade participam da reflexão sobre os caminhos educativos que se deseja construir e sobre as experiências que se pretende oferecer às crianças. Ao discutir o significado do projeto educativo no contexto escolar, Santos Filho (2012, p.276), afirma que:

“O projeto educativo (...) é o mapa da longa jornada da educação das crianças e adolescentes do país. Nesta caminhada há necessidade da maior clareza possível sobre o destino e os instrumentos mais eficazes que podem conduzir ao destino. Nessa tarefa o projeto educativo é a meta final da jornada e, ao mesmo tempo, o roteiro da trajetória”.

Essa compreensão destaca o caráter ético, político e pedagógico do projeto educativo. Ele orienta o presente da escola e projeta o futuro das experiências educativas oferecidas às crianças.

Na Educação Infantil, essa reflexão assume uma importância ainda maior, pois se trata da etapa da educação básica em que se constituem as primeiras experiências educativas coletivas das crianças. Nesse contexto, a escola da infância deve ser concebida como um espaço que reconhece bebês e crianças como sujeitos de direitos, capazes de interpretar o mundo, produzir cultura e construir conhecimentos nas relações que estabelecem com outras pessoas e com o ambiente. Este documento apresenta os princípios, valores e concepções pedagógicas que orientam a organização do projeto educativo da *Creche Vovó Zizi*. Ao longo dos tópicos, são discutidos os fundamentos da Educação Infantil, as concepções de currículo, a organização dos contextos investigativos, a arquitetura pedagógica da escola, elementos de uma escola inclusiva e os processos de documentação e avaliação. Inspirado em uma perspectiva pedagógica que valoriza a escuta das crianças, a investigação como processo de aprendizagem e a participação democrática da



comunidade educativa, este projeto educativo busca orientar a construção de experiências educativas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças. Nesse sentido, a escola é compreendida como um território de possibilidades, no qual crianças e adultos constroem conhecimentos, compartilham experiências e desenvolvem relações que contribuem para a formação de uma comunidade educativa investigativa, sensível e democrática.

8.1 IDENTIDADE E FINALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

8.1.1 A creche e a pré-escola no contexto da Educação Infantil

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade garantir às crianças condições para o desenvolvimento integral em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos, sociais e culturais. No contexto brasileiro, essa etapa é composta pela creche, destinada aos bebês e às crianças de até três anos de idade, e pela pré-escola, voltada às crianças de quatro e cinco anos. A creche e a pré-escola configuram-se como instituições educativas que assumem, de forma indissociável, as funções de cuidar e educar. Nesses espaços, as experiências cotidianas vividas pelas crianças - como brincar, explorar, interagir e se expressar - constituem o núcleo dos processos de aprendizagem. Supera-se, assim, uma concepção assistencialista ou preparatória da Educação Infantil. A escola da infância – *Creche Vovó Zizi* – não se limita ao cuidado ou à antecipação de conteúdos escolares, mas se organiza como um ambiente educativo no qual se constroem experiências significativas que contribuem para a formação humana das crianças. Nesse sentido, a Educação Infantil afirma-se como um campo pedagógico próprio, com especificidades que exigem uma organização curricular e didática fundamentada nas experiências das crianças, nas interações e nas relações que estabelecem com o mundo.

8.1.2 A educação como direito da criança

A educação é um direito fundamental de todas as crianças. Garantir esse direito implica reconhecer a responsabilidade da sociedade em assegurar o acesso a instituições educativas que promovam o desenvolvimento integral e respeitem as singularidades das infâncias. A Constituição Federal de 1988 e a legislação educacional brasileira consolidam a Educação Infantil como direito da criança e dever



do Estado, reforçando o compromisso com a oferta de uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Defender a educação como direito significa compreender a escola como um bem público, um espaço coletivo no qual se constroem experiências educativas que contribuem para a formação de sujeitos capazes de participar da vida social, estabelecer relações e produzir cultura. Nesse contexto, a escola da infância deve garantir condições para que todas as crianças possam viver experiências educativas que ampliem suas possibilidades de expressão, de participação e de compreensão do mundo.

8.1.3 A escola da infância como espaço de cultura e cidadania

A escola da infância é um espaço de produção de cultura. Nela, as crianças não apenas aprendem conteúdos, mas constroem significados, interpretam o mundo e participam da vida coletiva. As experiências vividas no cotidiano da escola possibilitam às crianças desenvolver formas de convivência, construir relações sociais e elaborar conhecimentos sobre si mesmas, sobre os outros e sobre o ambiente. Nesse sentido, a escola configura-se como um espaço de cidadania, no qual as crianças têm a oportunidade de participar, expressar ideias, compartilhar experiências e construir relações baseadas no respeito e na cooperação. A educação das crianças pequenas envolve, portanto, a construção de contextos que favoreçam a convivência democrática e a participação ativa na vida da escola. A cidadania, nesse contexto, não é ensinada de forma abstrata, mas vivida nas relações cotidianas.

8.1.4 A criança como sujeito de direitos

Um dos fundamentos centrais da Educação Infantil é o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. Essa perspectiva implica compreender a criança como um ser ativo, capaz de interpretar o mundo, construir conhecimentos e participar das relações sociais. As crianças não são receptores passivos de informações, mas protagonistas de suas experiências. Elas investigam, formulam hipóteses, constroem teorias e utilizam diferentes linguagens para expressar seus pensamentos, emoções e descobertas. Reconhecer a criança como sujeito de direitos significa também valorizar sua singularidade, respeitar seus tempos, suas formas de aprender e suas maneiras de se relacionar com o mundo. Essa concepção exige a construção de práticas pedagógicas que considerem as crianças em sua integralidade, promovendo experiências que articulem cuidado, aprendizagem e desenvolvimento.



8.1.5 A escola como comunidade educativa

A escola da infância constitui-se como uma comunidade educativa, na qual diferentes sujeitos participam da construção do processo educativo: crianças, educadores, famílias e comunidade. A educação, nesse contexto, é compreendida como uma experiência coletiva, que se constrói nas relações entre as pessoas e nas interações que se estabelecem no cotidiano da instituição. A construção de uma comunidade educativa implica promover o diálogo, a escuta e a participação dos diferentes sujeitos, reconhecendo que a qualidade da educação depende da corresponsabilidade entre escola e sociedade. A escola torna-se, assim, um espaço de encontro entre diferentes experiências, saberes e perspectivas sobre a infância. Nesse ambiente, a educação se realiza como prática social, orientada por valores que fortalecem a convivência, a cooperação e o compromisso com o desenvolvimento das crianças.

8.1.6 Uma escola para todos

A Escola da Infância compreende a inclusão como princípio constitutivo de sua proposta educativa e de sua gestão democrática. Nessa perspectiva, a diferença das crianças, das famílias e dos modos de viver a infância não é tomada como obstáculo, mas como valor que qualifica a experiência educativa e amplia as possibilidades de convivência, aprendizagem e participação. Enfim, a Educação Infantil, ao afirmar-se como primeira etapa da educação básica, assume o compromisso de garantir às crianças experiências educativas que respeitem sua condição de sujeitos de direitos e valorizem sua participação na construção do conhecimento. A escola da infância que se propõe neste projeto educativo é um espaço de cultura, de convivência e de investigação, no qual as crianças são reconhecidas em sua potência e em sua capacidade de produzir sentidos sobre o mundo. Esse entendimento fundamenta as escolhas pedagógicas da instituição e orienta a construção de práticas educativas comprometidas com a qualidade da educação e com a formação de sujeitos capazes de participar da vida social de forma crítica, sensível e colaborativa.



8.2 VALORES E PRINCÍPIOS DO PROJETO EDUCATIVO

8.2.1 O projeto educativo como construção coletiva

O projeto educativo constitui a expressão da identidade pedagógica da escola e orienta as escolhas que organizam sua prática cotidiana que sustentam a educação das crianças. A construção do projeto educativo envolve educadores, equipe gestora, famílias e comunidade, configurando-se como um pacto ético e político. Esse processo fortalece a corresponsabilidade pela educação das crianças e contribui para a construção de uma escola comprometida com o bem comum. Nesse sentido, o projeto educativo não é um instrumento estático, mas um documento vivo, que se transforma a partir das experiências, das reflexões e dos desafios que emergem no cotidiano da instituição.

8.2.2 A escola como bem público

Um dos princípios fundamentais que orientam este projeto educativo é a compreensão da escola da infância como um bem público. A escola não pertence apenas à instituição que a administra, mas à comunidade que dela participa. Trata-se de um espaço coletivo, no qual se constroem experiências educativas que contribuem para a formação humana e social das crianças. Compreender a escola como bem público implica assumir o compromisso com a qualidade da educação oferecida, com a garantia dos direitos das crianças e com a construção de uma instituição aberta ao diálogo e à participação social. Nesse contexto, a escola configura-se como um espaço de encontro, no qual diferentes vozes podem ser ouvidas e diferentes experiências podem ser compartilhadas.

8.2.3 O direito da criança à educação

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos constitui um princípio estruturante deste projeto educativo. Toda criança tem direito a uma educação que respeite sua dignidade, suas necessidades e suas formas próprias de aprender. Garantir esse direito implica organizar contextos educativos que promovam o desenvolvimento integral, considerando as dimensões físicas, emocionais, cognitivas, sociais e culturais das crianças. A escola da infância deve, portanto, criar condições para que as crianças possam participar ativamente da vida coletiva, expressar suas ideias, construir relações e desenvolver processos de aprendizagem significativos.



8.2.4 A prática democrática na escola da infância

A democracia constitui um princípio orientador da vida escolar. Ela não se limita à organização institucional, mas se expressa nas relações cotidianas entre crianças, educadores e comunidade. Inspirados na compreensão de que a democracia é uma forma de viver em conjunto, este projeto educativo valoriza práticas baseadas no diálogo, na escuta e na participação. Na Educação Infantil, a prática democrática se concretiza na forma como as crianças participam das experiências coletivas, na valorização de suas ideias e na construção de relações baseadas no respeito mútuo. Aprender a viver democraticamente implica experimentar situações de convivência, negociação e construção coletiva de significados.

8.2.5 A cultura da infância

A infância é compreendida como uma fase da vida dotada de sentido próprio, marcada por formas singulares de interpretar e se relacionar com o mundo. As crianças produzem cultura. Elas constroem significados, elaboram hipóteses, criam narrativas e desenvolvem formas próprias de expressão. Reconhecer a cultura da infância implica valorizar essas formas de pensar e de agir, criando contextos educativos que favoreçam a imaginação, a criatividade e a investigação. A escola da infância deve, portanto, constituir-se como um espaço que acolhe as experiências das crianças e amplia suas possibilidades de expressão e de participação.

8.2.6 A comunidade educativa e a corresponsabilidade

A educação das crianças pequenas é uma responsabilidade compartilhada. A escola, as famílias e a comunidade participam conjuntamente da construção do processo educativo. A noção de comunidade educativa implica reconhecer que a qualidade da educação depende do diálogo entre diferentes sujeitos e da construção de vínculos baseados na confiança, no respeito e na colaboração. Nesse sentido, a escola deve promover espaços de participação, nos quais famílias e comunidade possam contribuir para a construção do projeto educativo e para a reflexão sobre a educação das crianças. A corresponsabilidade fortalece a dimensão pública da escola e contribui para a construção de uma cultura educativa compartilhada. Enfim, os valores e princípios apresentados constituem a base ética, política e pedagógica deste projeto educativo. Eles orientam as escolhas da instituição e sustentam a organização das práticas educativas, dos ambientes e do currículo. Ao afirmar a escola como bem

público, reconhecer a criança como sujeito de direitos, valorizar a cultura da infância e promover a participação democrática, este projeto educativo estabelece um compromisso com a construção de uma educação infantil de qualidade, comprometida com o desenvolvimento das crianças e com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

8.3 PEDAGOGIA DA ESCUTA

8.3.1 A escuta como princípio pedagógico

A pedagogia da escuta constitui um dos fundamentos centrais deste projeto educativo. Escutar as crianças significa reconhecê-las como sujeitos capazes de pensar, interpretar o mundo, formular hipóteses e construir conhecimentos nas relações que estabelecem com outras pessoas e com o ambiente. A escuta, nesse sentido, não se limita a um gesto de atenção individual do educador, mas configura-se como uma postura ética e pedagógica que orienta a organização da prática educativa. Trata-se de uma forma de compreender a infância que valoriza as experiências, as perguntas e as produções das crianças como elementos fundamentais do processo de aprendizagem. Inspirada em abordagens que reconhecem a criança como protagonista de sua aprendizagem, a pedagogia da escuta implica construir contextos educativos nos quais as ideias das crianças possam emergir, ser acolhidas e desenvolvidas.

8.3.2 A criança como protagonista

Na perspectiva da pedagogia da escuta, a criança é compreendida como protagonista de suas experiências. Isso significa reconhecer que ela participa ativamente da construção do conhecimento, por meio da curiosidade, da investigação e da interação com o mundo. As crianças não apenas respondem a propostas elaboradas pelos adultos, mas produzem perguntas, constroem teorias e desenvolvem interpretações sobre os fenômenos que observam. Essa concepção exige uma mudança na forma como o educador se posiciona no processo educativo. O adulto deixa de ser o centro da ação pedagógica e passa a atuar como mediador, alguém que observa, interpreta e acompanha os processos de aprendizagem das crianças. Reconhecer o protagonismo infantil implica criar condições para que as

crianças possam expressar suas ideias, participar das decisões e construir percursos de aprendizagem significativos.

8.3.3 As múltiplas linguagens das crianças

As crianças expressam seus pensamentos, emoções e hipóteses por meio de diferentes linguagens. O gesto, o desenho, a fala, o movimento, a música, a brincadeira simbólica e as construções com materiais diversos constituem formas legítimas de expressão do pensamento infantil. Reconhecer essas múltiplas linguagens implica ampliar a compreensão sobre o processo de aprendizagem na infância. As crianças não aprendem apenas por meio da linguagem verbal, mas por meio de experiências que envolvem diferentes formas de expressão e representação. Nesse contexto, a escola deve oferecer ambientes ricos em materiais e possibilidades expressivas, permitindo que as crianças explorem diferentes linguagens e desenvolvam processos criativos de investigação. Valorizar as múltiplas linguagens significa reconhecer a complexidade do pensamento infantil e criar condições para que ele possa se manifestar de forma plena.

8.3.4 A observação como instrumento pedagógico

A escuta pedagógica se concretiza por meio da observação atenta das experiências das crianças. Observar não significa apenas acompanhar comportamentos, mas interpretar processos, identificar hipóteses e compreender os significados que emergem das ações das crianças. A observação permite que os educadores reconheçam os interesses do grupo, identifiquem caminhos investigativos e organizem experiências educativas que ampliem as possibilidades de aprendizagem. Trata-se de um processo contínuo, que exige sensibilidade, reflexão e disponibilidade para compreender a complexidade das experiências vividas pelas crianças. Nesse sentido, observar é também uma forma de pesquisar, de produzir conhecimento sobre os processos de aprendizagem e de orientar a prática pedagógica.

8.3.5 Escuta e construção do currículo

Na pedagogia da escuta, o currículo não é concebido como um conjunto fixo de conteúdos, mas como um processo que se constrói a partir das experiências das crianças. As perguntas, curiosidades e investigações que emergem no cotidiano



tornam-se elementos fundamentais para orientar o planejamento pedagógico. O educador, ao escutar as crianças, identifica temas e problemas que podem ser aprofundados por meio de experiências investigativas. Esse processo possibilita a construção de um currículo vivo, que se transforma a partir das interações entre crianças, educadores e ambiente. A escuta pedagógica, portanto, constitui um elemento estruturante do currículo, pois permite que as experiências educativas sejam significativas e conectadas aos interesses das crianças.

8.3.6 Escuta, investigação e prática democrática

A pedagogia da escuta está profundamente relacionada à construção de uma prática educativa democrática. Escutar as crianças significa reconhecer que suas vozes têm valor e que suas ideias devem ser consideradas na organização da vida escolar. Nesse contexto, a escola se configura como um espaço de diálogo, no qual diferentes perspectivas podem ser compartilhadas e discutidas. A escuta favorece a construção de relações baseadas no respeito e na cooperação, contribuindo para a formação de uma cultura educativa democrática. Ao participar das experiências coletivas, expressar suas ideias e negociar significados, as crianças aprendem a viver em sociedade e a construir relações com os outros.

8.3.7 A escuta como fundamento da cultura da infância

A pedagogia da escuta contribui para fortalecer a cultura da infância no contexto educativo. Ao reconhecer as crianças como sujeitos produtores de conhecimento e de cultura, a escola amplia suas possibilidades de participação e expressão. Escutar as crianças significa criar condições para que suas experiências possam ser valorizadas, compartilhadas e interpretadas na comunidade educativa. A escola que escuta é uma escola que investiga, que aprende e que se transforma a partir das experiências que acontecem em seu cotidiano. Nesse sentido, a escuta constitui um fundamento essencial para a construção de uma educação infantil que respeite a infância e valorize sua potência criativa. Enfim, a pedagogia da escuta orienta a construção de práticas educativas que reconhecem as crianças como protagonistas e valorizam suas múltiplas formas de expressão. Ao integrar escuta, observação e investigação, a escola organiza experiências que favorecem a construção de conhecimentos e o desenvolvimento das crianças em sua integralidade. Esse princípio sustenta a organização do currículo e fundamenta a proposta pedagógica da instituição,

orientando a construção de uma escola da infância baseada no diálogo, na participação e na investigação.

8.4 O CURRÍCULO EMERGENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

8.4.1 O currículo como construção em processo

O currículo da Educação Infantil, na perspectiva deste projeto educativo, é compreendido como um processo em permanente construção. Ele não se configura como um conjunto fixo de conteúdo ou atividades previamente definidos, mas como uma organização dinâmica de experiências que se desenvolvem a partir das interações entre crianças, educadores e ambiente. Essa concepção rompe com modelos tradicionais de currículo baseados na transmissão de conhecimentos e na organização linear de conteúdo. Em seu lugar, propõe-se um currículo que se constrói no cotidiano da vida escolar, a partir das experiências vividas pelas crianças e das relações que estabelecem com o mundo. O currículo, nesse sentido, não é algo que antecede a prática pedagógica, mas algo que se constitui na própria prática, sendo continuamente reorganizado a partir da observação, da escuta e da reflexão dos educadores.

8.4.2 O conceito de currículo emergente

O currículo emergente caracteriza-se por sua abertura à imprevisibilidade e à complexidade dos processos de aprendizagem das crianças. Ele emerge das experiências, das perguntas, das curiosidades e das investigações que se desenvolvem no cotidiano da escola. As ideias das crianças, suas hipóteses e seus interesses tornam-se elementos centrais na organização das experiências educativas. O educador, ao observar e escutar atentamente essas manifestações, identifica possibilidades de aprofundamento e organiza contextos que favorecem o desenvolvimento das investigações. Nesse processo, o currículo não é imposto, mas construído em diálogo com as crianças. Trata-se de um currículo que se desenvolve a partir das experiências vividas, respeitando os tempos, os interesses e as formas de aprendizagem de cada grupo.

8.4.3 A escuta como fundamento do currículo emergente

A construção de um currículo emergente está diretamente relacionada à pedagogia da escuta. É por meio da escuta atenta das crianças que os educadores identificam os temas, problemas e situações que mobilizam suas investigações. Escutar as crianças implica observar suas ações, interpretar suas produções e reconhecer as múltiplas linguagens por meio das quais expressam seus pensamentos. A escuta permite compreender o que as crianças estão investigando, quais hipóteses estão construindo e quais caminhos podem ser explorados para aprofundar suas experiências. Nesse sentido, a escuta constitui o ponto de partida para a organização do currículo, orientando as escolhas pedagógicas e a construção dos contextos educativos.

8.4.4 O papel do educador na construção do currículo

No currículo emergente, o educador assume um papel ativo e reflexivo. Ele não atua como transmissor de conteúdos, mas como pesquisador e organizador de contextos educativos. Sua atuação envolve:

- observar atentamente as experiências das crianças;
- identificar interesses e hipóteses emergentes;
- documentar os processos de aprendizagem;
- propor situações que ampliem as investigações;
- reorganizar o ambiente e os materiais;
- refletir continuamente sobre a prática pedagógica.

O educador participa da construção do currículo em diálogo com as crianças, atuando como mediador dos processos de aprendizagem e como coautor das experiências educativas.

8.4.5 A organização de contextos investigativos

O currículo emergente se concretiza por meio da organização de contextos investigativos. Esses contextos são situações pedagógicas que favorecem a curiosidade, a experimentação e a construção de conhecimentos. Eles podem surgir a partir de:

- perguntas formuladas pelas crianças;
- acontecimentos do cotidiano;
- encontros com elementos da natureza;

- experiências vividas dentro ou fora da escola;
- interesses coletivos do grupo.

O papel do educador é reconhecer essas oportunidades e transformá-las em experiências pedagógicas que possibilitem aprofundar as investigações das crianças. Os contextos investigativos não seguem uma sequência rígida, mas se desenvolvem de forma dinâmica, acompanhando os movimentos do grupo e permitindo a ampliação dos percursos de aprendizagem.

8.4.6 O currículo aberto e a imprevisibilidade

Uma das características fundamentais do currículo emergente é sua abertura à imprevisibilidade. As experiências educativas não podem ser totalmente antecipadas ou controladas, pois se desenvolvem a partir das interações e das investigações das crianças. Essa abertura não significa ausência de intencionalidade pedagógica. Ao contrário, exige do educador um alto nível de atenção, sensibilidade e capacidade de interpretação dos processos em curso. O planejamento, nesse contexto, não se baseia na definição prévia de conteúdos, mas na organização de possibilidades. Planeja-se criando condições para que as experiências possam acontecer e se desenvolver. O currículo aberto reconhece que a aprendizagem é um processo complexo, que se constrói de forma não linear, por meio de avanços, retomadas, descobertas e transformações.

8.4.7 O currículo como experiência compartilhada

O currículo emergente se constrói nas relações. Ele é resultado das interações entre crianças, educadores, ambiente e comunidade. As experiências educativas são compartilhadas, discutidas, reinterpretadas e ampliadas coletivamente. As crianças aprendem umas com as outras, trocam ideias, confrontam hipóteses e constroem significados em conjunto. Nesse contexto, o currículo deixa de ser um percurso individual e passa a ser uma experiência coletiva, na qual diferentes perspectivas se encontram e contribuem para a construção do conhecimento. Enfim, o currículo emergente representa uma forma de compreender a Educação Infantil que valoriza a experiência, a investigação e a participação das crianças. Ao reconhecer o currículo como um processo aberto, construído no cotidiano da escola, este projeto educativo afirma o compromisso com uma prática pedagógica sensível, investigativa e reflexiva. Essa concepção orienta a organização das experiências educativas e sustenta a



construção de uma escola da infância que acolhe a curiosidade das crianças, valoriza suas perguntas e promove contextos de aprendizagem significativos.

8.5 PESQUISA E CONTEXTOS INVESTIGATIVOS

8.5.1 A pesquisa como modo de aprender e ensinar

Neste projeto educativo, a pesquisa é compreendida como um princípio estruturante da prática pedagógica e como o modo privilegiado pelo qual crianças e adultos aprendem e ensinam. Mais do que uma estratégia didática, a pesquisa é entendida como uma dimensão constitutiva da vida humana, presente nas experiências cotidianas, nas perguntas, nas curiosidades e nas tentativas de compreender o mundo. Nesse sentido, assume-se que aprender é investigar, explorar, formular hipóteses, experimentar e construir interpretações sobre a realidade. Como afirmado no Regimento das Escolas e Creches para a Infância da cidade de Reggio Emília:

“A pesquisa representa uma das dimensões de vida essenciais das crianças e dos adultos, uma tensão cognitiva que é reconhecida e valorizada. A pesquisa participada entre adultos e crianças é prioritariamente uma práxis do cotidiano, um comportamento existencial e ético necessário para interpretar a complexidade do mundo, dos fenômenos, dos sistemas de convivência e é um potente instrumento de renovação na educação.”
(REGGIO EMÍLIA, 2013).

Essa perspectiva reconhece que a pesquisa não é uma atividade pontual, mas uma atitude permanente diante do conhecimento e da vida.

8.5.2 A criança como sujeito pesquisador

A criança é concebida como um sujeito pesquisador, capaz de observar, questionar, interpretar e construir conhecimentos a partir de suas experiências. Desde muito cedo, as crianças manifestam uma curiosidade ativa sobre o mundo, formulando perguntas e buscando compreender os fenômenos que as cercam. Ao investigar, as crianças constroem teorias, testam hipóteses, reorganizam ideias e ampliam suas formas de compreender a realidade. Reconhecer a criança como pesquisadora implica valorizar seus processos de pensamento, suas perguntas e suas formas de expressão, criando condições para que suas investigações possam se desenvolver.

8.5.3 A pesquisa como prática compartilhada

A pesquisa na Educação Infantil é uma prática compartilhada entre crianças e adultos. Educadores e crianças investigam juntos, constroem perguntas, exploram possibilidades e produzem conhecimento em diálogo. Essa perspectiva rompe com a ideia de que o adulto detém o saber e a criança apenas aprende. Ao contrário, reconhece que ambos participam do processo de construção do conhecimento, ainda que em posições diferentes. O educador atua como parceiro de investigação, alguém que escuta, provoca, amplia e sustenta os processos investigativos das crianças. A pesquisa, portanto, configura-se como uma prática relacional, que se constrói nas interações e no diálogo.

8.5.4 A construção de contextos investigativos

A pesquisa se concretiza por meio da construção de contextos investigativos - situações pedagógicas que favorecem a curiosidade, a exploração e a produção de conhecimento. Esses contextos são intencionalmente organizados pelos educadores a partir da escuta das crianças e da observação de seus interesses. Podem emergir de:

- perguntas formuladas pelas crianças;
- experiências do cotidiano;
- encontros com a natureza;
- materiais disponíveis no ambiente;
- situações inesperadas que despertam curiosidade.

O educador transforma essas experiências em oportunidades de investigação, organizando materiais, tempos e espaços que ampliem as possibilidades de exploração.

8.5.5 A intencionalidade pedagógica na pesquisa

Embora o currículo seja aberto e emergente, a prática pedagógica é intencional. A pesquisa não ocorre de forma aleatória, mas é sustentada por escolhas pedagógicas conscientes. O educador observa, interpreta e decide como ampliar os processos investigativos, propondo desafios, introduzindo novos elementos e criando condições para que as crianças avancem em suas investigações. A intencionalidade pedagógica garante que a pesquisa se constitua como um processo formativo, que favorece o desenvolvimento das crianças em suas múltiplas dimensões.

8.5.6 A pesquisa, o ambiente e as linguagens

Os contextos investigativos se articulam com a organização dos ambientes e com a valorização das múltiplas linguagens das crianças. Espaços como o ateliê, o parque, a sala e outros ambientes da escola são concebidos como territórios de pesquisa, nos quais as crianças podem experimentar, explorar e construir conhecimentos. Os materiais disponíveis - naturais, estruturados ou não estruturados - ampliam as possibilidades de investigação e favorecem a expressão das ideias das crianças. As diferentes linguagens (corporal, gráfica, verbal, plástica, sonora) constituem formas de registrar, comunicar e desenvolver os processos investigativos.

8.5.7 Pesquisa, documentação e reflexão

A documentação pedagógica desempenha um papel fundamental na prática investigativa. Por meio do registro das experiências, os educadores acompanham os processos de aprendizagem das crianças e refletem sobre a prática pedagógica. Documentar é tornar visível o pensamento das crianças, suas hipóteses e seus percursos de investigação. A documentação permite:

- acompanhar o desenvolvimento das investigações;
- interpretar os processos de aprendizagem;
- planejar novas experiências;
- compartilhar com as famílias e com a comunidade;
- promover a reflexão coletiva dos educadores.

Nesse sentido, pesquisa e documentação são processos inseparáveis, que sustentam a construção de uma prática pedagógica reflexiva. Enfim, a pesquisa, compreendida como modo de aprender e ensinar, orienta a construção de uma prática pedagógica que valoriza a curiosidade, a investigação e a participação das crianças. Ao reconhecer a criança como sujeito pesquisador e ao organizar contextos investigativos significativos, a escola afirma seu compromisso com uma educação que promove a construção de conhecimentos de forma ativa, criativa e compartilhada. Essa perspectiva sustenta a construção de uma escola da infância que investiga, aprende e se transforma continuamente.

8.6 DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: VISIBILIDADE, REFLEXÃO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

8.6.1 O conceito de documentação pedagógica

A documentação pedagógica constitui um dos eixos estruturantes deste projeto educativo, sendo compreendida não apenas como registro das experiências, mas como um processo interpretativo, reflexivo e ético sobre a prática pedagógica. Historicamente vinculada à tradição da educação infantil italiana, a documentação assume o papel de tornar visíveis os processos de aprendizagem das crianças, conferindo-lhes legitimidade, sentido e valor no contexto educativo. Conforme aponta Carla Rinaldi, a documentação está associada à construção de um saber que busca conferir visibilidade e consistência aos processos educativos, ultrapassando a ideia de simples registro para se constituir como produção de conhecimento. Nessa perspectiva, a documentação pedagógica é entendida como:

- instrumento de reflexão sobre a prática educativa;
- meio de construção de relações éticas entre sujeitos;
- processo de interpretação dos percursos de aprendizagem;
- forma de dar visibilidade ao pensamento das crianças.

Como desenvolvido em sua própria produção formativa, a documentação se configura como uma **ética do encontro**, na qual educadores e crianças constroem sentidos compartilhados sobre as experiências vividas.

8.6.2 Documentar como ato pedagógico e ético

Documentar implica assumir uma postura ética diante da infância. Ao documentar, o educador reconhece a criança como sujeito de direitos, produtor de cultura e de conhecimento. A documentação não é neutra. Ela revela concepções de infância, de aprendizagem e de educação. Ao selecionar o que registrar, como interpretar e como compartilhar, o educador explicita sua imagem de criança e sua posição pedagógica. Nesse sentido, documentar é:

- escutar com atenção e sensibilidade;
- interpretar os processos das crianças;
- atribuir significado às experiências;
- compartilhar essas interpretações com outros.

Como afirmam Dahlberg, Moss e Pence, “a documentação permite questionar as imagens de criança que sustentam as práticas educativas, contribuindo para uma reflexão crítica sobre a própria pedagogia”.

8.6.3 Documentação como processo de reflexão

O aspecto central da documentação pedagógica reside em sua função reflexiva. Documentar não significa apenas registrar o que aconteceu, mas revisitar a experiência, interpretá-la e produzir novos sentidos sobre o vivido. A documentação provoca perguntas fundamentais para o trabalho pedagógico, tais como:

- Por que organizamos esse ambiente dessa maneira?
- O que as crianças estavam investigando?
- Que hipóteses emergiram?
- Como poderíamos ampliar essa experiência?
- O que aprendemos com esse processo?

Nesse sentido, a documentação se torna um dispositivo potente de formação docente, pois permite que os educadores analisem suas práticas, reconstruam suas ações e aprofundem sua compreensão sobre os processos de aprendizagem.

8.6.4 Documentação e pedagogia da escuta

A documentação pedagógica está profundamente articulada à pedagogia da escuta. Documentar exige observar atentamente, interpretar as múltiplas linguagens das crianças e reconhecer os significados presentes em suas ações. Como evidenciado em sua proposta formativa, documentar pressupõe:

- escuta sensível das crianças;
- atenção às suas falas, gestos e produções;
- reconhecimento das múltiplas linguagens;
- abertura para a complexidade dos processos.

Nesse sentido, a documentação não é apenas técnica, mas uma prática que envolve sensibilidade, intencionalidade e posicionamento pedagógico.

8.6.5 Documentação como narrativa dos processos de aprendizagem

A documentação pedagógica narra os percursos de aprendizagem das crianças. Ela torna visíveis os caminhos investigativos, as hipóteses formuladas, as descobertas e as transformações ocorridas ao longo das experiências. Mais do que



apresentar resultados, a documentação valoriza o processo. Ela revela o pensamento em construção, permitindo acompanhar a evolução das ideias das crianças. Conforme desenvolvido em sua produção, documentar é:

- narrar experiências;
- tornar visível o pensamento;
- dar voz às crianças;
- construir memória pedagógica.

Nesse sentido, a documentação contribui para legitimar a infância, ao reconhecer e valorizar suas formas de expressão e produção de conhecimento.

8.6.6 Instrumentos da documentação pedagógica

A documentação pedagógica se realiza por meio de diferentes instrumentos, que permitem registrar e interpretar as experiências educativas. Entre os principais, destacam-se:

- registros escritos (anotações, narrativas, diários);
- fotografias;
- gravações em áudio e vídeo;
- produções das crianças;
- registros gráficos e digitais.

A escolha dos instrumentos deve estar vinculada à intencionalidade pedagógica e à necessidade de compreender os processos em curso.

8.6.7 Documentação, avaliação e construção do conhecimento

A documentação pedagógica articula-se diretamente com os processos de avaliação, compreendidos neste projeto como parte integrante da aprendizagem. A avaliação não se reduz a medir resultados, mas consiste em acompanhar, interpretar e compreender os processos das crianças. Nessa perspectiva:

- o erro é entendido como parte do processo de construção do conhecimento;
- as hipóteses das crianças são valorizadas;
- a avaliação assume caráter formativo e orientador;
- o foco está nos percursos, e não apenas nos resultados.

Como destacado em sua produção, o erro representa uma forma de pensamento e um indicador importante do processo de aprendizagem, constituindo um ponto de partida para novas investigações. A documentação, portanto, torna-se o



principal instrumento de avaliação, pois permite acompanhar e interpretar o desenvolvimento das crianças de forma contextualizada e significativa.

8.6.8 Documentação, comunicação e participação

A documentação pedagógica também desempenha um papel fundamental na comunicação com as famílias e com a comunidade. Ao tornar visíveis os processos educativos, a escola:

- compartilha as experiências das crianças;
- fortalece o vínculo com as famílias;
- promove transparência na ação pedagógica;
- constrói uma cultura de participação.

Os painéis, murais, portfólios e registros compartilhados tornam-se espaços de diálogo e de construção coletiva de sentidos sobre a educação das crianças.

8.6.9 A dimensão estética da documentação

A documentação pedagógica também possui uma dimensão estética. A forma como as experiências são apresentadas comunica valores, concepções e modos de compreender a infância. Uma documentação sensível e bem elaborada:

- valoriza as produções das crianças;
- revela cuidado com os processos;
- cria ambientes mais significativos;
- fortalece a identidade da escola.

Como afirmado por Rinaldi, *“a documentação é também um processo poético, que expressa a beleza e a complexidade das experiências educativas”*. Enfim, a documentação pedagógica constitui um eixo fundamental deste projeto educativo, articulando escuta, pesquisa, avaliação e reflexão. Ao tornar visíveis os processos de aprendizagem das crianças, a documentação contribui para a construção de uma prática pedagógica consciente, ética e investigativa. Mais do que registrar, documentar é interpretar, compartilhar e construir sentidos, fortalecendo a identidade da escola e promovendo uma educação que reconhece e valoriza a potência da infância.



8.7 AMBIENTES EDUCATIVOS: ESPAÇOS QUE EDUCAM

8.7.1 O ambiente como terceiro educador

Neste projeto educativo, o ambiente é compreendido como parte constitutiva da ação pedagógica, assumindo o papel de **terceiro educador**, em diálogo com crianças e adultos. Essa concepção reconhece que os espaços não são neutros, mas carregam intencionalidades, valores e mensagens que influenciam as formas de aprender, de se relacionar e de estar no mundo. Como apontado por Loris Malaguzzi, *“as escolas expressam, por meio de seus ambientes, sua história, suas escolhas culturais e suas concepções de infância”*. Cada espaço revela uma identidade e comunica um modo de compreender a educação. O ambiente, portanto, educa. Ele organiza possibilidades, provoca experiências, sustenta investigações e favorece encontros.

8.7.2 Arquitetura e pedagogia: uma relação indissociável

A organização dos ambientes educativos pressupõe um diálogo constante entre arquitetura e pedagogia. O espaço não é apenas cenário, mas parte integrante da proposta educativa. Projetar ambientes implica:

- considerar a criança como protagonista;
- favorecer a curiosidade e a investigação;
- criar condições para a autonomia;
- promover relações entre crianças, adultos e materiais;
- valorizar a estética e o cuidado com os detalhes.

A arquitetura, nesse sentido, se constrói nas relações. Não se trata de pensar um modelo ideal de escola, mas de criar espaços que respondam às necessidades da comunidade e que se transformem ao longo do tempo. Como enfatizado em sua proposta formativa, não existe um espaço ideal, mas um espaço capaz de **gerar transformação e se recriar a partir das experiências vividas**.

8.7.3 Princípios para a organização dos ambientes

A organização dos ambientes educativos neste projeto baseia-se em princípios que orientam as escolhas pedagógicas e espaciais:



a) Relação: O espaço favorece as interações: criança-criança, criança-adulto, criança-material e criança-espaço. A qualidade da aprendizagem está diretamente relacionada à qualidade dessas conexões.

b) Bem-estar: Os ambientes são acolhedores, confortáveis e esteticamente cuidados, promovendo equilíbrio entre estímulo e serenidade.

c) Multissensorialidade: Os espaços oferecem experiências sensoriais ricas, envolvendo cores, texturas, cheiros, sons e materiais diversos, ampliando as formas de percepção das crianças.

d) Flexibilidade e transformação: O ambiente é dinâmico e se modifica de acordo com os interesses e necessidades das crianças e dos projetos em desenvolvimento.

e) Comunidade: Os espaços são concebidos como lugares coletivos, que promovem participação, pertencimento e construção compartilhada de experiências.

f) Narrativa: O ambiente comunica. Ele torna visíveis os processos de aprendizagem, as investigações e a identidade da escola, especialmente por meio da documentação pedagógica.

Esses princípios evidenciam que o espaço não é organizado por funções rígidas, mas como um sistema vivo, interligado e em constante transformação.

8.7.4 A organização dos espaços internos

Os ambientes internos são organizados de forma a favorecer múltiplas experiências de aprendizagem, estruturados em áreas que dialogam entre si, sem fragmentar o conhecimento. Entre essas áreas, destacam-se:

- espaço de leitura e linguagem;
- área de investigação científica;
- espaço de matemática e lógica;
- ateliê de artes e expressões;
- espaço de faz-de-conta;
- áreas para música, movimento e corpo.

Esses espaços não são fixos ou fechados, mas abertos e flexíveis, permitindo que as crianças transitem, explorem e reorganizem os ambientes conforme suas investigações.



8.7.5 O ateliê como espaço de pesquisa e expressão

O ateliê ocupa um lugar central na organização dos ambientes educativos, sendo concebido como um espaço de pesquisa, experimentação e expressão das múltiplas linguagens das crianças. Mais do que um espaço físico, o ateliê representa uma concepção de educação que valoriza:

- a criatividade;
- a investigação;
- a experimentação com materiais;
- a expressão simbólica e estética.

Os materiais disponíveis no ateliê - naturais, não estruturados e sensoriais - ampliam as possibilidades de criação e favorecem a construção de conhecimentos.

8.7.6 O parque como território de investigação

O parque é compreendido como um espaço privilegiado de aprendizagem, no qual as crianças podem brincar, investigar, imaginar e construir relações com a natureza. Mais do que um espaço de recreação, o parque é um **território de pesquisa**, onde emergem perguntas, hipóteses e experiências significativas. Como evidenciado em suas produções, o parque possibilita:

- observação da natureza;
- exploração de elementos naturais;
- construção de narrativas e hipóteses;
- desenvolvimento de investigações coletivas;
- ampliação das experiências sensoriais.

As crianças, ao interagir com o parque, produzem conhecimentos, constroem representações e atribuem sentidos aos espaços, revelando sua potência investigativa.

8.7.7 A relação com a natureza

A presença da natureza na escola é compreendida como elemento essencial para o desenvolvimento das crianças. Em um contexto marcado pela urbanização e pela redução dos espaços naturais, a escola assume o compromisso de garantir experiências que conectem as crianças com o ambiente natural. A natureza favorece:

- experiências sensoriais ricas;
- brincadeiras criativas;



- investigações científicas;
- desenvolvimento da imaginação;
- construção de vínculos afetivos com o mundo.

A escola, nesse sentido, organiza espaços que dialogam com a natureza, promovendo uma relação sensível e significativa entre as crianças e o ambiente.

8.7.8 A estética dos ambientes educativos

A estética constitui uma dimensão fundamental dos ambientes educativos. A forma como os espaços são organizados comunica valores, concepções e modos de compreender a infância. Ambientes esteticamente cuidados:

- valorizam as experiências das crianças;
- promovem bem-estar;
- estimulam a curiosidade;
- favorecem a atenção e o envolvimento;
- constroem identidade institucional.

A escolha de materiais, cores, iluminação, transparências e texturas expressa uma intencionalidade pedagógica e contribui para a construção de um ambiente significativo.

8.7.9 O ambiente como espaço de participação

Os ambientes educativos são construídos com a participação das crianças, dos educadores e da comunidade. As crianças não apenas utilizam os espaços, mas contribuem para sua organização, transformação e ressignificação. Essa participação fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para a construção de uma cultura democrática na escola. Os ambientes educativos, compreendidos como parte integrante da proposta pedagógica, configuram-se como espaços vivos, dinâmicos e em constante transformação. Ao articular arquitetura, pedagogia, estética e participação, a escola constrói ambientes que educam, que provocam a investigação e que valorizam a experiência das crianças. Essa concepção reafirma o compromisso com uma educação infantil que reconhece o espaço como elemento fundamental na construção do conhecimento e na formação das crianças.



8.8 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO EDUCATIVO

8.8.1 A escola da infância como espaço público

A Educação Infantil, neste projeto educativo, é compreendida como um espaço público de construção de direitos, de convivência democrática e de produção de cultura. A escola da infância não se limita à função de atendimento, mas se constitui como um lugar de participação, no qual crianças, educadores, famílias e comunidade compartilham responsabilidades na construção do projeto educativo. Nessa perspectiva, a gestão democrática é entendida como princípio estruturante da organização escolar, orientando as práticas institucionais e pedagógicas.

8.8.2 Participação e corresponsabilidade

A construção do projeto educativo exige a participação ativa de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar. A participação não se reduz à presença, mas implica envolvimento, diálogo, escuta e tomada de decisões compartilhadas. A corresponsabilidade constitui-se como valor fundamental, reconhecendo que a qualidade da educação depende do compromisso coletivo com os princípios e as práticas da escola. Nesse sentido, a escola organiza dispositivos institucionais que favorecem a participação e o diálogo permanente entre os diferentes sujeitos.

8.8.3 Instâncias de participação

Para garantir a efetivação da gestão democrática, a escola estrutura diferentes instâncias de participação, que organizam o diálogo, a tomada de decisões e o acompanhamento do projeto educativo.

8.8.3.1 Conselho da escola da infância

O Conselho da escola da infância é um espaço de participação coletiva, composto por representantes das famílias, educadores, equipe pedagógica e comunidade. Tem como função:

- discutir e acompanhar o projeto educativo;
- contribuir para a definição de diretrizes pedagógicas;
- participar das decisões institucionais;
- promover o diálogo entre escola e comunidade.



O Conselho constitui-se como uma instância fundamental para a construção de uma cultura democrática na escola.

8.8.3.2 Encontros de grupo e assembleias

Os encontros de grupo e as assembleias são espaços privilegiados de diálogo e construção coletiva. Podem ocorrer em diferentes formatos:

- reuniões com famílias;
- encontros de educadores;
- assembleias com crianças;
- momentos coletivos de planejamento e avaliação.

Esses espaços favorecem a troca de experiências, o compartilhamento de ideias e a construção de decisões coletivas.

8.8.3.3 Equipe de trabalho e corresponsabilidade pedagógica

A equipe de trabalho é composta por todos os profissionais que atuam na escola, incluindo educadores, auxiliares, equipe de apoio e demais colaboradores. O trabalho coletivo é fundamentado na:

- colaboração;
- escuta;
- troca de saberes;
- construção conjunta das práticas pedagógicas.

A corresponsabilidade implica reconhecer que todos os profissionais participam da construção do projeto educativo e contribuem para a qualidade das experiências oferecidas às crianças.

8.8.3.4 Coordenação pedagógica

A coordenação pedagógica desempenha um papel fundamental na articulação do projeto educativo. Sua atuação envolve:

- promover a unidade da proposta pedagógica;
- acompanhar e apoiar os educadores;
- organizar processos formativos;
- articular pesquisa, inovação e prática pedagógica;
- favorecer a reflexão coletiva.



A coordenação atua como mediadora entre os diferentes sujeitos e instâncias da escola, contribuindo para a construção de uma prática pedagógica coerente e integrada.

8.8.3.5 Equipe ampliada e rede de colaboração

A gestão democrática também se amplia para além da escola, envolvendo outros serviços, instituições e profissionais que compõem a rede de atendimento à infância. A equipe ampliada contribui para:

- qualificar o projeto educativo;
- integrar diferentes saberes;
- fortalecer a rede de proteção e cuidado à infância;
- ampliar as possibilidades de atuação da escola.

Essa articulação reforça a dimensão pública da educação infantil e sua relação com o território.

8.8.4 A participação das crianças

A gestão democrática inclui a participação das crianças como sujeitos ativos na construção da vida escolar. As crianças participam por meio de:

- escolhas no cotidiano;
- expressão de ideias e opiniões;
- envolvimento nas decisões que dizem respeito às experiências vividas;
- participação em assembleias e momentos coletivos.

Reconhecer a participação das crianças implica valorizar suas vozes e considerar suas contribuições na organização da escola.

8.8.5 A participação das famílias

As famílias são parceiras fundamentais na construção do projeto educativo. A escola promove espaços de diálogo e participação, nos quais as famílias podem:

- conhecer e acompanhar as experiências das crianças;
- compartilhar suas percepções e saberes;
- participar das decisões da escola;
- contribuir para a construção da proposta pedagógica.

Essa relação fortalece os vínculos entre escola e comunidade e contribui para a construção de uma educação compartilhada.



8.8.6 Gestão democrática como prática cotidiana

A gestão democrática não se restringe às instâncias formais de participação, mas se concretiza no cotidiano da escola, nas relações estabelecidas entre os sujeitos. Ela se expressa:

- na escuta das crianças;
- no diálogo entre educadores;
- na participação das famílias;
- na construção coletiva das decisões;
- na transparência das ações.

A democracia, nesse sentido, é vivida como prática, e não apenas como princípio. Enfim, a gestão democrática constitui um eixo fundamental deste projeto educativo, orientando a organização da escola como espaço público de participação, diálogo e construção coletiva. Ao promover a corresponsabilidade entre os diferentes sujeitos, a escola fortalece sua identidade e reafirma seu compromisso com uma educação infantil democrática, inclusiva e de qualidade.

8.9 PROCEDIMENTOS, CRITÉRIOS E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

8.9.1 Critérios de admissão e permanência

A escola da infância orienta seus processos de admissão e permanência das crianças com base nos princípios de equidade, transparência e direito à educação. O acesso à instituição considera:

- critérios públicos e previamente definidos;
- a realidade social das famílias;
- a garantia do direito à educação infantil;
- a organização da rede de atendimento.

Os critérios de prioridade são definidos a partir da análise das condições sociais, educacionais e familiares das crianças, buscando assegurar o acesso àqueles que mais necessitam. A permanência das crianças na instituição é garantida ao longo do ciclo da Educação Infantil, respeitando o direito à continuidade de seus processos educativos.

8.9.2 Organização do atendimento e do tempo educativo

A organização do tempo na escola da infância considera as necessidades das crianças, das famílias e da proposta pedagógica. O funcionamento da instituição contempla:

- jornada diária estruturada, com tempos de cuidado, brincadeira e investigação;
- possibilidade de atendimento em período integral ou parcial;
- organização de tempos flexíveis que respeitem os ritmos das crianças;
- alternância entre momentos individuais, em pequenos grupos e coletivos.

A rotina não é rígida, mas orientadora, garantindo previsibilidade sem comprometer a abertura necessária ao currículo emergente.

8.9.3 Calendário escolar

O calendário escolar é organizado de forma a garantir a continuidade das experiências educativas e o atendimento às necessidades da comunidade. Ele contempla:

- período anual de funcionamento;
- definição de início, término e recessos;
- organização de períodos de atendimento complementar, quando necessário;
- comunicação prévia às famílias.

O calendário é construído e revisado considerando as diretrizes institucionais e a participação da comunidade escolar.

8.9.4 Contribuição das famílias e gestão dos recursos

A contribuição das famílias, quando existente, é organizada com base nos princípios de equidade, solidariedade e justiça social. Os critérios de contribuição consideram:

- as condições socioeconômicas das famílias;
- a garantia de acesso e permanência;
- a transparência na gestão dos recursos.

A escola busca assegurar que nenhuma criança seja privada do acesso à educação em razão de condições financeiras.

8.9.5 Organização dos serviços e articulação com a rede

A escola integra-se a uma rede de serviços educacionais, sociais e culturais, fortalecendo a qualidade do atendimento à infância. Essa articulação envolve:

- serviços de apoio pedagógico;
- espaços de documentação e pesquisa;
- iniciativas culturais e formativas;
- parcerias com instituições do território.

A integração com a rede amplia as possibilidades educativas e contribui para a construção de uma educação mais qualificada e contextualizada.

8.9.6 Procedimentos de acompanhamento e revisão do projeto educativo

O projeto educativo é compreendido como um documento dinâmico, que deve ser constantemente revisado e atualizado. Os processos de revisão incluem:

- participação da equipe pedagógica;
- escuta das famílias e da comunidade;
- análise das práticas educativas;
- contribuições das instâncias de participação.

Qualquer proposta de alteração no projeto educativo ou no regimento institucional deve ser precedida de um processo participativo, garantindo a construção coletiva das decisões.

8.9.7 Avaliação institucional

A avaliação institucional tem como objetivo compreender e qualificar o funcionamento da escola em sua totalidade. Ela envolve:

- análise dos processos pedagógicos;
- avaliação das relações educativas;
- acompanhamento dos ambientes e das experiências;
- reflexão sobre a organização institucional.

A avaliação é entendida como processo contínuo, formativo e orientador, contribuindo para o aprimoramento da qualidade educativa. Enfim, a organização institucional, orientada por princípios de equidade, transparência e participação, garante as condições necessárias para o desenvolvimento da proposta pedagógica. Ao articular procedimentos administrativos com a concepção educativa, a escola

reafirma seu compromisso com uma educação infantil pública, democrática e de qualidade.

8.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste projeto educativo reafirma a Educação Infantil como um campo de responsabilidade pública, compromisso ético e ação política. Mais do que organizar práticas pedagógicas, este documento expressa uma concepção de infância, de educação e de sociedade que orienta o trabalho da escola e sustenta suas escolhas. Ao longo deste percurso, buscou-se evidenciar que a escola da infância não pode ser reduzida a um espaço de preparação para etapas futuras da escolarização. Trata-se de um lugar de vida, de experiências, de relações e de produção de cultura, no qual as crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos, capazes de interpretar o mundo, construir conhecimentos e participar ativamente da vida coletiva. O projeto educativo, compreendido como processo coletivo e dinâmico, constitui-se como o eixo que organiza e dá sentido à ação pedagógica. Ele expressa valores, princípios e intencionalidades que orientam a construção de experiências educativas significativas, fundamentadas na escuta, na investigação e na participação. Nesse contexto, a opção por um currículo emergente e aberto, articulado à pesquisa como modo de aprender e ensinar, reafirma o compromisso com uma educação que valoriza a curiosidade das crianças, suas perguntas e seus processos de construção de conhecimento. A organização de contextos investigativos, a valorização das múltiplas linguagens e a centralidade da documentação pedagógica constituem pilares que sustentam uma prática reflexiva, sensível e intencional. Os ambientes educativos, concebidos como espaços que educam, ampliam as possibilidades de experiência, favorecem encontros e promovem relações significativas entre crianças, adultos e mundo. A articulação entre arquitetura, pedagogia e estética revela uma compreensão de educação que ultrapassa o conteúdo e se expressa na forma como se vive o cotidiano da escola. A gestão democrática, por sua vez, reafirma a escola como espaço público, no qual diferentes sujeitos participam da construção do projeto educativo. A participação das crianças, das famílias, dos educadores e da comunidade fortalece o sentido de pertencimento e contribui para a construção de uma cultura institucional baseada no diálogo, na escuta e na corresponsabilidade. Este documento não se encerra em si mesmo. Ao



contrário, constitui-se como um ponto de partida para processos contínuos de reflexão, investigação e transformação. A escola da infância, entendida como território de possibilidades, se constrói no cotidiano, nas relações e nas experiências compartilhadas. Assumir esse projeto educativo significa comprometer-se com uma educação que reconhece a potência da infância, valoriza a diversidade de experiências e promove a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sensível. Mais do que um documento, este projeto é um convite: um convite à escuta, à investigação, ao diálogo e à construção coletiva de uma escola que pulsa, que aprende, que se transforma continuamente e acolhe às diferenças.

RELATÓRIO ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO

9 RELATÓRIO ACOMPANHADO DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 QUALIFICAÇÃO DOS DIRETORES/COORDENADORES RESPONSÁVEIS, COM SUA TITULAÇÃO E CURRÍCULUM VITAE RESUMIDO

- Diretoria Executiva
- Diretoria Pedagógica
- Coordenadoria Pedagógica

Diretoria Executiva

BEATRIZ DE CAMARGO

Medica, pediatra com especialização em oncologia. Doutora em Medicina, Livre docente pela Faculdade de Medicina USP. Tem larga experiência administrativa voltada para crianças. Foi Diretora do Departamento de Pediatria do Centro de Tratamento e Pesquisa Hospital do Câncer A. C. Camargo (São Paulo, SP) de 1996 até 2006. Durante sua diretoria, a meta sempre foi atenção ao tripé: assistência, ensino e pesquisa. Na assistência, o desafio era não apenas dar o melhor tratamento com as melhores possibilidades de cura como também fornecer atendimento com qualidade, tendo como princípio que a humanização do tratamento pode fazer diferença na vida de um paciente. Atuou no Ensino e Pesquisa do Instituto Nacional do Câncer (INCA/MS) por 14 anos. Apresenta experiência para administrar desafios, primando pela objetividade e pela eficiência.

Diretoria Pedagógica

MARISTELA PETROCINI BRIZANTE ROSSETO

Apresenta formação acadêmica: Habilitação específica para o Magistério pelo Colégio e Escola Normal São Jose-Ribeirão Preto-SP; Licenciatura plena em Ciências com habilitação em Biologia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Barão de Mauá-Ribeirão Preto-SP; Licenciatura em Pedagogia com Administração e Supervisão Escolar pela Faculdade de Educação Antonio Augusto Reis Neves; Bebedouro-SP. Apresenta larga experiência profissional no Município de Morro Agudo como coordenadora do Projeto Pica-Pau (1995-2000); Secretaria Municipal da Educação,

Morro Agudo (2001 -2004); Diretora da Escola EM. Prof. Maria Amalia Volpon de Figueiredo (2009-2013).

Coordenadora Pedagógica

ROBERTA ROCHA BORGES

Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (1994);

Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001);

Doutorado em Psicologia da Educação de pela Universidade de Genebra (2009);

Pós doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2015);

Coordenadora do Programa de Estudos de Política Pública para a Educação Infantil

Pesquisadora do Núcleo de Políticas Públicas NEPP/Universidade Estadual de Campinas/SP;

Tem larga experiência na formação/coordenação de professores com a abordagem Reggio Emília em inúmeras creches públicas e privadas.

Apresenta inúmeras publicações referentes a políticas públicas de Educação Infantil.

9.2 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS ESPAÇOS, MOBILIÁRIO E AMBIENTES PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO

A organização do ambiente será assegurada em sua integralidade, obedecendo a premissa que o cuidado é indissociável ao processo educativo. Toda a creche terá iluminação e ventilação natural e acessibilidade aos deslocamentos e movimentos dos bebês e das crianças nas áreas interna e externa.

A seguir as descrições dos espaços com mobiliários:

PATIO INTERNO

- Área de 100,37 m2. (fora a biblioteca e o atelier) (Figura 1).

SALA BERÇÁRIO

- Estimativa de 15 bebês/crianças de 4 a 18 meses;
- Área 62,09 m2 (4,13 m2/aluno) (recomendado 1,50 m2/aluno);
- Piso antiderrapante e lavável e conforto térmico Manta vinílica antiderrapante;



- Refeitório adjacente: 18,16 m² com 4 mesas e 16 cadeiras apropriadas ao tamanho das crianças (Figura 2);
- Berços individuais disponíveis fácies de limpar recomendado pela Vigilância Sanitária Material: Polietileno Rotomoldado Dimensões: 120cm x 60cm x 13cm (Figura 3);
- Lactário: área 5,76 m² com geladeira, pia, micro-onda, armário;
- Trocador: 2 trocadores com lavatório (Figura 4);
- Parede com espelho á altura do bebe onde poderá visualiza-lo. (Figura 5);
- Acesso à área externa: solário e ambiente verde.

SALA MATERNAL

- Estimativa de 25 crianças de 19 a 47 meses;
- Área: 62,09m² (2,48 m²/aluno);
- Com mesas apropriadas, estantes com materiais e diferentes áreas das cem linguagens: matemática, ciências, faz de conta e pequena biblioteca. (Figura 6);
- Berços individuais disponíveis fácies de limpar recomendado pela Vigilância Sanitária Material: Polietileno Rotomoldado (Figura 3).

ATELIER

- Localizado no pátio central (Figura 7), para valorização da exploração, pesquisa, curiosidade e documentação;
- Materiais de pinturas, de moldar(argilas);
- Mesas adequadas e cavaletes.

BIBLIOTECA CENTRAL (Figura 8)

- Área 12,38 m². Acervo de mais de 50 livros adequado para as diferentes faixas etárias;
- Formação adequada para os professores em leitura, cooperação e dialogo com as crianças;
- Empréstimo de livros para as crianças compartilhem com familiares fortalecendo a participação da família.

REFEITÓRIO MATERNAL (Figura 9)

- Seis mesas (4 lugares cada) adequadas à idade, e bancada baixa onde a criança se servirá sozinha;
- Janela para cozinha permitindo que a criança veja a cozinheira e participe do prepare;
- Bancada baixa e utensílios adequados para criança cozinhar.

COZINHA

- Área 24,27 m²; atendendo as exigências dos parâmetros nacionais para qualidade educação infantil (MEC 2024) e vigilância sanitária;
- Equipamentos e instalações: Lixeira com pedal; 2 pias; fogão (5/6 bocas) e forno, coifa, geladeiras (2), armários para armazenamento dos utensílios, pia para higienização das mãos, telas milimétricas nas janelas e portas, ventilação adequada.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

- Berçário: temos 2 banheiras, 2 trocadores e 2 lavatórios (1 para cada 5 alunos)
- Maternal: 3 duchas, 3 vasos sanitários (um adequado para deficiente) e 3 lavatórios (1 para cada 8,33 alunos. (Figura 10);
- Banheiros para público em geral: 2 banheiros na área central sendo um acessível;
- Banheiros para funcionários: 2 no vestiário.

LAVATÓRIOS E BEBEDOUROS

- 4 lavatórios no pátio central, 8 lavatórios na área externa e 5 lavatórios nas salas de referência. (berçário e maternal);
- Bebedouros (2) com água filtrada: no pátio central.

LAVANDERIA

- Tanque e máquina de lavar, e armários para utensílios de limpeza e higienização.

SALA DOS PROFESSORES

- Mesa, computador, equipamento para videoconferência e biblioteca adequada a estudo.

SALA DE SECRETARIA

- Mesa, computador, armário para arquivo, controle de entrada e gastos da mantenedora (Associação Grupo de Apoio ao desenvolvimento integral da criança) e relógio de ponto dos funcionários.

SALA DE ACONCHEGO

- Espaço para receber os pais em conjunto com seus filhos para conversas, e resoluções de questões individuais.

ÁREA EXTERNA DE LAZER

- Área de 690 m².
- Árvores frutíferas, flores, horta, tanques de areia, circuito de bicicleta de equilíbrio, labirinto vegetal e área molhada. (Figuras 11a e b).

ÁREA DOS FUNCIONÁRIOS

- Vestiário, 2 banheiros e área de descanso com frigobar, micro-ondas, sofá, mesa.

INFRAESTRUTURA ADICIONAL

- Caixa d'água: torre externa com 2 caixas de 3 mil litros cada;
- Lixeiras comum e de reciclagem;
- Armários para utensílios de jardinagem.

Figura 1 - Pátio central**Figura 2 - Mesa e cadeiras berçário****Figura 3 - Berços empilháveis****Figura 4 - Trocadores do Berçário****Figura 5 - Bebê e espelho**

Figura 6 - Diferentes áreas de atividades no maternal (biblioteca; matemática, ciências, faz de conta)



Figura 7 - Atelier



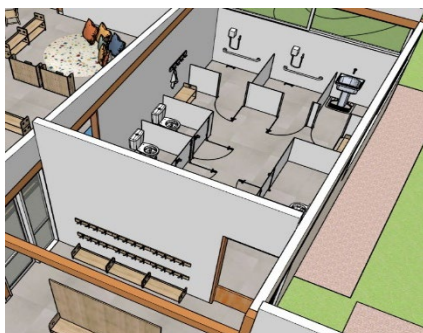
Figura 8 - Biblioteca Central



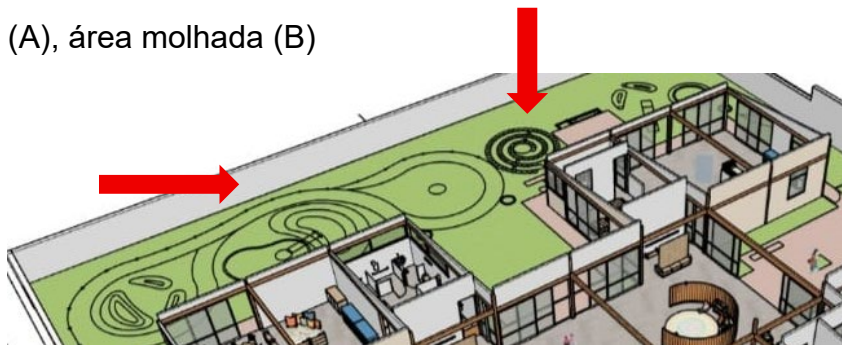
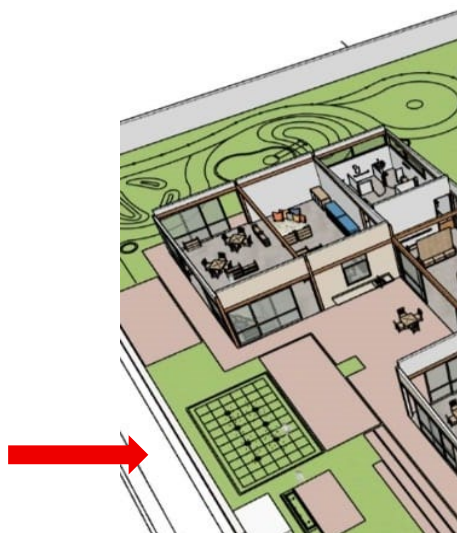
Figura 9 - Refeitório Maternal



Figura 10 - Banheiro maternal



Figuras 11a 11b - Área externa de lazer: circuito (C), área verde(V), tanque de areia (A), área molhada (B)



9.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS MATERIAS E DOS EQUIPAMENTOS DIDÁTICOS DISPONÍVEIS PARA USO DOS ALUNOS E PROFESSORES

Segue abaixo a descrição dos materiais didáticos para o uso de professores e alunos:

9.3.1 Sala dos Professores

- Mesa para reunião
- Computadores (2)
- Internet
- Equipamento de video-conferência
- Livros didáticos:
 - ✓ Educar os Três Primeiros Anos: A Experiência Pikler-Lóczy Capa comum – 01 janeiro 2022 Edição Português por Judit Falk (Autor);
 - ✓ Abordagem Pikler Capa comum – 01 janeiro 2016 Edição Português;
 - ✓ Origens do Brincar Livre, AS Capa comum – 01 janeiro 2017 por Eva Kallo (Autor), Gyorgyi Balog (Autor);
 - ✓ Vínculo, Movimento e Autonomia Capa comum – 01 janeiro 2017 Edição Português por Suzana Macedo Soares (Autor);
 - ✓ Diálogos com Reggio Emília: Escutando, Pesquisando e Aprendendo;
 - ✓ Cem Linguagens da Criança - Volume 2: A Experiência de Reggio Emília em Transformação por Carolyn Edwards (Autor), Lella Gandini (Autor);
 - ✓ A aventura dialógica da infância Capa comum – 26 julho 2025 por Myrtha Chockler (Autor);
 - ✓ As Cem Linguagens da Criança: Volume 1: A Abordagem de Reggio Emília na Educação da Primeira Infância por Carolyn Edwards (Autor), Lella Gandini (Autor);
 - ✓ As Cem Linguagens em Mini-histórias: Contadas por Professores e Crianças de Reggio Emília Capa comum – 13 outubro 2020 Edição Português por Reggio Children e Escolas e Creches da Infância de Reggio Emília Reggio Children (Autor);
 - ✓ As Linguagens da Comida. Receitas, Experiências, Pensamentos Capa comum – 01 março 2015 Edição Português por Vários Autores;

- ✓ Arte e Criatividade em Reggio Emília. Explorando o Papel e a Potencialidade do Ateliê na Educação da Primeira Infância Capa comum - Edição padrão, 29 julho 2017 Edição Português por Vea Vecchi (Autor);
- ✓ A Arte de Estabelecer Limites: Reflexões e Propostas Práticas para Educadores e Famílias Capa comum – 14 julho 2025 por Sonia Kliass (Autor), Bruno Gambarotto (Tradutor);
- ✓ Mosaico de traços, palavras, matéria Capa comum - 01 dezembro 2021 Edição Português por Reggio Children e Escolas e Creches da Infância de Reggio Emília (Autor);
- ✓ Tornando Visível a Aprendizagem. Crianças que Aprendem Individualmente e em Grupo Capa comum - 04 agosto 2014 Edição Português por Reggio Children (Autor);
- ✓ Sapato e Metro - Crianças e Medidas: Primeiras Abordagens à Descoberta, à Função e ao Uso da Medida por Creches e Escolas da Infância - Instituição Municipal de Reggio Emília (Autor);
- ✓ Papel do ateliê e do atelierista: - A construção poética do conhecimento - inspirações na abordagem de Reggio Emília Capa comum - 31 outubro 2025 por Murilo Braga (Autor);
- ✓ Crianças, Espaços, Relações: Como Projetar Ambientes para a Educação Infantil Capa comum - 01 janeiro 2013 Edição Português por Giulio Ceppi.

9.3.2 Alunos (alguns exemplos de matérias disponíveis)

- **BRINCAR LIVRE**

Blocos de madeira de diferentes tamanhos e pesos; argolas; potes; latas; peneiras; caixas; espelhos; cestos; materiais de empilhar.



- **FAZ DE CONTA**

Bonecas; fogão; panelas; bolsas; tecidos; cabanas; carrinho de compra; carrinho de boneca.



- **MATEMÁTICA**

Réguas, balanças, cordas; blocos e peças.



- **CIÊNCIA**

Lupa; espelhos; copos medidores; fita métrica; régua; balança; imas.



- **ATELIER**

argila; barro; giz; aquarela; pinceis; papeis diversos; tintas.



- **ESPAÇO EXTERNO**

Tanques de areia; bicicletas de equilíbrio; objetos para plantar; cuidados com horta; pesquisas com a natureza; arvores frutíferas e flores.



***RELATÓRIO ACOMPANHADO
DA DOCUMENTAÇÃO-ANEXOS***

9.4 COMPROVAÇÃO DE OCUPAÇÃO LEGAL DO IMÓVEL ONDE FUNCIONARA O ESTABELECIMENTO DE ENSINO, ESCRITURA COMPROVA A PROPRIEDADE DO IMÓVEL (ESCRITURA ANEXO 1)

9.5 ALVARA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL: APROVAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS (SERÁ ENVIADO ASSIM QUE TERMINAR A OBRA) (EM ANDAMENTO ANEXO 2)

9.6 PLANTA ATUALIZADA DO PRÉDIO APROVADO PELA PREFEITURA, REGISTRADA NO CREA, NO CAU. (ANEXO 3)

9.7 LAUDO FIRMADO POR PROFISSIONAL REGISTRADO NO CREA OU CAU-ARTOU RRT (ANEXO 4)

9.8 PROVA DA NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE MANTENEDORA (CNPJ ACOMPANHADA DE CÓPIA DO CADASTRO PESSOA FISICA (CPF) CADASTRO CPF PESSOA FISICA CPF 007-740-558-71 (ANEXO 5)



CNPJ-Natureza jurídica da entidade mantenedora (CNPJ 60.688.411/0001-43)

11:44 about:blank

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: 00.838.411/0001-43
MATRIZ

DATA DE ABERTURA: 06/05/2025

NOME EMPRESARIAL: ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA):

PORTO: DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: 85.11-2-00 - Educação Infantil - creche

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS: 94.30-4-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA: 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO: A RURAL

NÚMERO: SIN

COMPLEMENTO:

CEP: 14.549-899

BURRODISTITO: AREA RURAL DE MORRO AGUDO

MUNICÍPIO: MORRO AGUDO

UF: SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO: BODECAMAR@TERRA.COM.BR

TELEFONE: (11) 9999-9999 / (11) 9999-9998

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR):

SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL: 06/05/2025

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL:

SITUAÇÃO ESPECIAL:

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL:

(*) A dispensa de alvará e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 junho de 2015, ou de legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não sendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/05/2025 às 11:44:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1

about:blank

9.9 TERMO DE RESPONSABILIDADE DEVIDAMENTE REGISTRADO EM CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS FIRMADO PELA ENTIDADE MANTENEDORA REFERENTE AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE, DEFINIÇÃO DO USO DO IMÓVEL, A CAPACIDADE FINANCEIRA PARA MANUTENÇÃO DO ESTABELECIMENTO (ANEXO 6)